

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 20 de janeiro de 2025 às 08h00
Seleção de Notícias

Migalhas | BR

Direitos Autorais

Senado aprova marco legal e dá passo importante para regulação da IA	3
--	---

Arbitragem e Mediação

MIGALHAS nº 6.020	6
MIGALHAS	

Economia & Negócios - Estadão | BR

Arbitragem e Mediação

Opinião Mais vale um pássaro na mão do que dois voando! A importância da conciliação	12
AUTOR	

Folha.com | BR

Direitos Autorais

Teste do Google ameaça jornalismo e democracia, dizem editores na Europa	13
JOSÉ HENRIQUE MARIANTE	

Senado aprova marco legal e dá passo importante para regulação da IA



No final do ano passado, o Senado aprovou o PL que regulamenta a IA - Inteligência Artificial no Brasil; o texto agora segue para análise da Câmara dos Deputados.

A versão aprovada é substitutivo do senador Eduardo Gomes (PL-TO), derivado do PL 2.338/23 - apresentado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com base em anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas - e de dispositivos de outros projetos de lei, inclusive do PL 21/20, já aprovado pela Câmara dos Deputados, além de emendas de diversos senadores.

A IA, em síntese, é um campo da ciência da computação dedicado ao desenvolvimento de tecnologias capazes de reproduzir o comportamento humano na tomada de decisões e na realização de tarefas, possibilitando a execução de uma variedade de funções avançadas, incluindo a capacidade de ver, entender e traduzir idiomas, analisar dados e fazer recomendações.

Devido ao rápido avanço, aos riscos, receios e ao uso abusivo, surgiu a necessidade de criação de um marco legal para regulamentar os sistemas de IA, seus agentes (desenvolvedores, distribuidores e aplicadores da tecnologia) e os chamados "conteúdos sintéticos" (imagens, vídeos, áudios e textos), os quais passaram a ser significativamente modificados ou gerados por IA, objetivando equilibrar a garantia de preservação de direitos fundamentais e das condições para o de-

envolvimento tecnológico.

Inspirado no modelo europeu, o projeto classifica os sistemas de IA em níveis de risco, conforme o seu impacto na vida humana e nos direitos fundamentais, prevendo uma regulamentação distinta para os sistemas de alto risco (como, por exemplo, aqueles utilizados em veículos autônomos, diagnósticos médicos, controle de fronteiras e tomada de decisões sobre recrutamento, avaliação, promoção e demissão de trabalhadores) e vedando o desenvolvimento de aplicações de IA que apresentem risco excessivo (como, por exemplo, os denominados "sistemas de armas autônomas", capazes de selecionar e atacar alvos sem a intervenção humana, ou sistemas capazes de produzir ou disseminar material que caracterize abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes).

Entretanto, o texto manteve fora da lista de sistemas considerados de alto risco os "algoritmos das redes sociais", conjunto de dados e regras que filtram e ranqueiam as postagens, determinando o direcionamento de conteúdo na linha do tempo de cada usuário.

Os sistemas classificados como de alto risco ficam sujeitos a: (i) avaliação de impacto algorítmico, de modo a determinar os riscos a direitos fundamentais, os benefícios do sistema, a probabilidade e a gravidade de eventuais consequências adversas e os esforços necessários para mitigá-las, as medidas de transparência e a lógica do sistema; (ii) realizar testes de confiabilidade e segurança; (iii) mitigar eventuais vieses discriminatórios, mediante uso de ferramentas de registro automático de operação para avaliação de desempenho e apuração de eventuais resultados discriminatórios; e (iv) adotar medidas que permitam explicar os resultados obtidos.

Já os sistemas conhecidos como de propósito geral (que podem lidar com diversas tarefas, podendo ser

Continuação: Senado aprova marco legal e dá passo importante para regulação da IA

adaptados pelo usuário), como é o caso dos sistemas generativos (criadores de novos conteúdos, como texto, imagens, música, áudio e vídeos), terão regras próprias.

Além de realizarem uma avaliação preliminar de classificação de risco - que deverá identificar e mitigar eventuais riscos a direitos fundamentais, ao meio ambiente, à liberdade de expressão, à integridade da informação e ao processo democrático - deverão ser concebidos de modo a reduzir o consumo de energia e outros recursos e a produção de resíduos, bem como processar dados em conformidade com as exigências legais. Ademais, conteúdos sintéticos produzidos ou modificados via IA deverão conter identificador que permita verificar sua autenticidade e proveniência.

No que tange aos **direitos** autorais, o projeto assegura aos titulares o direito à remuneração pelo uso dos respectivos conteúdos em processos de mineração, treinamento e desenvolvimento de sistemas de IA que vierem a ser disponibilizados comercialmente.

Por outro lado, autoriza o uso gratuito de conteúdos protegidos em processos de mineração de textos para o desenvolvimento de sistemas de IA por instituições de pesquisa, de jornalismo, museus, arquivos, bibliotecas e organizações educacionais, desde que: (i) o material seja obtido de forma legítima e sem fins comerciais; (ii) o objetivo principal da atividade não seja a reprodução, exibição ou disseminação da obra; (iii) a sua utilização seja limitada ao necessário para alcançar a finalidade proposta; e (iv) os titulares dos direitos não tenham seus interesses econômicos prejudicados injustificadamente.

No campo das garantias pessoais, o projeto assegurou aos usuários o direito à explicação e revisão humana das decisões com impacto jurídico relevante, bem como impôs a proteção contra discriminação direta, indireta, ilegal ou abusiva aos sistemas de IA que façam uso de identificação bio-

métrica.

Em contrapartida, foram excluídos do projeto os dispositivos que atribuíam à IA generativa a responsabilidade pela integridade da informação e que consideravam como critério para a regulamentação e identificação de sistemas de IA de alto risco, os riscos à integridade da informação, à liberdade de expressão, ao processo democrático e ao pluralismo político. O entendimento foi de que estes artigos poderiam servir de mecanismo voltado ao controle da liberdade de expressão e do acesso à informação.

O texto garante aos usuários o direito à informação prévia de que se está interagindo com sistemas de IA, à privacidade e proteção de dados pessoais, à não discriminação, bem como o uso de linguagem simples e clara sempre que destinados a crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiências. No caso de sistemas de alto risco, os usuários também terão direito à explicação sobre decisões tomadas por IA, sua contestação e revisão humana.

A atividade normativa complementar, fiscalizatória e sancionatória foi atribuída prioritariamente à ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na condição de coordenadora do SIA - Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial, a ser integrado por órgãos estatais de regulação setorial, entidades de autorregulação e de certificação, pelo Conselho de Cooperação Regulatória de Inteligência Artificial (fórum permanente de comunicação com órgãos e entidades da administração pública responsáveis pela regulação de setores específicos) e pelo Comitê de Especialistas e Cientistas de Inteligência Artificial (visando orientar e supervisionar o desenvolvimento e aplicação da IA).

Ao SIA caberá a regulamentação dos sistemas de alto risco, o reforço das competências das autoridades setoriais e da ANPD, a harmonização da atuação dos órgãos reguladores e a realização de estudos periódicos e elaboração de parecer, a cada quadriênio, destinado

Continuação: Senado aprova marco legal e dá passo importante para regulação da IA

ao Congresso Nacional, indicando a necessidade de aprimoramento na legislação sobre IA.

Seguindo os parâmetros da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o descumprimento das regras contidas no marco regulatório sujeitará o infrator ao pagamento de multas de até R\$ 50 milhões ou 2% do faturamento bruto do grupo ou conglomerado, além de outras sanções, que vão desde mera advertência, até a proibição de tratar determinados dados e a suspensão parcial ou total, temporária ou permanente, do desenvolvimento, fornecimento ou operação do sistema, sem prejuízo da responsabilização civil pelos danos causados, com base no CC - Código Civil e/ou no CDC - Código de Defesa do Consumidor.

No âmbito do poder público, além de implementar as medidas previstas para todos os demais sistemas de IA, deverá haver o registro de quem os usou, em que situação e para qual finalidade, bem como dar preferência à utilização de sistemas interoperáveis.

O projeto prevê uma *vacatio legis* de dois anos para a maioria de seus dispositivos, exceção feita às regras sobre sistemas de propósito geral, aplicações proibidas e direitos do autor, que entrarão em vigor 180

dias após a publicação da lei, e às regras de incentivo à sustentabilidade e às pequenas empresas e de organização e atribuições dos órgãos reguladores - salvo sanções -, que terão aplicabilidade imediata.

A ANPD divulgou uma análise preliminar do projeto, externando sua preocupação com as sobreposições e os conflitos frente à LGPD, sobretudo aqueles relativos às atribuições legais da autoridade e à normatização específica sobre a proteção de dados pessoais nos chamados sandboxes de IA (ambientes controlados onde os sistemas de IA são desenvolvidos, testados e validados), salientando a importância de se assegurar que a ANPD seja a autoridade-chave na regulação e governança da IA no Brasil.

De fato, o texto ainda merece maior discussão e amadurecimento, tendo mantido e excluído alguns dispositivos polêmicos, que certamente serão objeto de revisão pela Câmara dos Deputados, mas é inegável que a aprovação do projeto pelo Senado foi um passo decisivo para assegurar o desenvolvimento e o uso responsável e seguro da IA no Brasil.

MIGALHAS nº 6.020



Sexta-Feira, 17 de janeiro de 2025 - Migalhas nº 6.020.

Fechamento às 08h32.

"A coragem das formas novas não vem de chofre. Leva tempo a formar-se. Anos e anos."

Monteiro Lobato

Nova era tributária!

Com a sanção da LC 214/25, Lula enfim regulamentou a reforma tributária. Entenda as mudanças e confira a norma! ()

Não fique para trás!

A regulamentação da reforma tributária já é realidade, e quem dominar essas mudanças sairá na frente. Participe do evento online realizado por Migalhas no dia 18/2 e tenha acesso a análises estratégicas, insights exclusivos e um time de especialistas de peso. ()

Ponto final

Governo publicou MP para assegurar a não taxação e a manutenção do sigilo das transações via Pix. ()

Baú migalheiro

Há 135 anos, em 17 de janeiro de 1890, Rui Barbosa, então ministro da Fazenda do Brasil, implementou um novo plano econômico conhecido como "Enchilhamento" (termo que faz referência ao ato de ar-

rumar o cavalo para uma corrida, simbolizando a euforia e a preparação para o crescimento econômico). O plano tinha como objetivo promover a industrialização e modernizar a economia brasileira através de medidas que incluíam a expansão monetária e o fomento ao mercado de ações. Apesar das intenções de estímulo econômico, o plano resultou em uma vasta especulação financeira e levou a uma crise econômica marcante na história do Brasil. (Compartilhe)

Arbitragem em solo pátrio

No Brasil, a **arbitragem** tem se destacado como alternativa ao Judiciário para a resolução de conflitos complexos, especialmente em matérias de Direito Societário e contratos comerciais. O método, regulado por lei de 1996, ainda continua em discussão. Uma ação no Supremo e um projeto de lei em tramitação podem aprimorar a atuação dos árbitros e o funcionamento do instituto. Entenda melhor os aspectos históricos e atuais da **arbitragem**, clicando aqui.

Advocacia em **arbitragem**

A advocacia em câmaras arbitrais se distingue da prática tradicional. Em entrevista ao Migalhas, advogado especializado em **arbitragem** detalha como é isso. ()

Ménage à trois

A disputa bilionária entre a Paper Excellence e a J&F pela Eldorado Celulose ganhou um novo capítulo: uma viagem para Paris. E conquanto seja sempre élégant visitar a Cidade Luz, levar o caso à França soa como um gesto delicado, que lança sombras sobre o Judiciário brasileiro e a soberania nacional. Confira os detalhes, . Ou, se preferir, na língua de Victor Hugo, cliquez ici.

Judiciário e a soberania nacional

A tentativa de levar litígios brasileiros para foros estrangeiros não é exclusividade da empresa indonésia. Há alguns meses, o Migalhas relatou a atuação de fundos abutres que adotam essa mesma estratégia, criticando, assim como fazem os indonésios, o Judiciário brasileiro, desqualificando a imparcialidade dos julgadores e depreciando nosso sistema processual - que, como todos sabem, é inspirado (para não dizer copiado) em modelos europeus. Reveja, .

Seguro

Lula sancionou a LC 213/24, que atualiza regras para cooperativas de seguros, proteção patrimonial mutualista e reforça a fiscalização da Susep. ()

Inadimplência

3ª turma do STJ estabeleceu que não é devida indenização securitária se o segurado permanecer inadimplente por um período prolongado antes do sinistro. ()

Barrados no Baile

Ministro Alexandre de Moraes rejeitou o pedido de Jair Bolsonaro para reaver o passaporte e viajar aos EUA, citando falta de comprovação do convite para a posse de Trump e risco de fuga. ()

Menosprezando o batizado

Bolsonaro criticou a decisão de Moraes, afirmando que sua viagem aos EUA não era para uma "festa de batizado", mas para a posse na "maior democracia do mundo". ()

"Masculinidade tóxica"

O advogado Mark Lemley, que representava a Meta em um processo de propriedade intelectual, anunciou que abandonou a defesa da companhia. Decisão se deu após Mark Zuckerberg promover guinada nos

controles de conteúdo de suas redes digitais e, segundo o advogado, "abraçar a masculinidade tóxica e a loucura neonazista". ()

Minuto Migalhas

Com vinheta nova e as velhas piadas, o Minuto está de volta com as Migalhas mais importantes da semana. Pix, Xandão e calorias em excesso estão neste rol. Assista logo: .

Autoria

Ministro Alexandre de Moraes determinou o recolhimento do livro "Diário da Cadeia" assinado com pseudônimo de Eduardo Cunha. Para S. Exa., o livro induz o público a erro ao dar a impressão de que o ex-deputado Federal seria o autor. ()

Moto via app

Justiça negou pedido da 99 para suspender a proibição do transporte por motocicletas via aplicativo em São Paulo, validando o decreto municipal 62.144/23 e ressaltando a medida como essencial para a segurança no trânsito. ()

Migalhas do leitores - "Complexo de Jedi"

"Muito bom o artigo. É tudo que precisamos ler em Migalhas para, nestes tempos de desinformação, retomarmos o trilho da lucidez no Direito." Iran Bayma de Melo

"Excelentes observações. Se o artigo merece reprimenda, seria pelo fato de ter se esquecido da Defensoria Pública, que, cada vez mais, vem usurpando funções legislativas e promovendo essas políticas identitárias. Aliás, pensada para custodiar os menos favorecidos, os 'Jedis' dos necessitados se calam quando o ofendido é o nascituro, o mais vulnerável dos vulneráveis, revelando que seus agentes são meros defensores de suas agendas progressistas e não do pobre. Parabéns pelo artigo!" Danilo de Almeida

Martins

Desconstituição de penhora

Compradores de imóvel conseguiram desconstituir penhora após provarem boa-fé. Decisão destacou a ausência de registros de impedimentos na matrícula do bem. ()

Omissão

Justiça condenou o Coco Bambu a pagar R\$ 30 mil por danos morais a uma ex-funcionária, reconhecendo tanto o acúmulo de funções quanto a omissão da empresa diante da injúria racial sofrida pela trabalhadora. ()

Atraso sem danos

TJ/SC rejeitou o pedido de indenização de uma passageira que enfrentou 11 horas de atraso em voo por entender que a situação, sem prejuízos efetivos, não configura abalo emocional indenizável. ()

De furto para roubo

TJ/SP reclassificou um caso de furto simples para roubo, considerando que o acusado, ao quebrar violentamente o vidro de um carro para levar um celular, agiu com grave ameaça. ()

Risco de confusão

Desembargador do TJ/SP manteve liminar que proibiu a Cartesius Capital de usar sua marca por risco de confusão com a Cartesia Capital. ()

Semanário migalheiro

Confira as matérias mais lidas desta semana em Migalhas:

TST muda regras de recursos na Justiça do Trabalho a partir de fevereiro. () BK esquece advogados de SC

em promoção e OAB/SC faz vídeo com McDonalds. () Construtora não indenizará cliente frustrada por garagem pequena. () Lula sanciona lei que limita uso de celulares nas escolas. () Banco indenizará ex-gerente em R\$ 600 mil por demissão em festa. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Impressões Digitais

No final de 2024, o Senado aprovou o PL 2.338/23, que regulamenta a inteligência artificial no Brasil. Daniel Guariento e Ricardo Maffei trazem os principais aspectos do projeto, que agora aguarda análise da Câmara. ()

Migalhas de IA e Proteção de Dados

Na coluna "Migalhas de IA e Proteção de Dados" desta semana, José Luiz de Moura Faleiros Júnior analisa a Agenda Regulatória da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD para o biênio 2025/26 e traz alguns de seus principais destaques. ()

Migalhas de peso

- "A Groenlândia além do gelo", por Bruno Quintiliano (Di Blasi, Parente & Associados). ()

- "Iniciativas governamentais para melhorar a infraestrutura rodoviária", por Rubia Kalil Moreschi (Jaime da Veiga e Laudelino Netto Advogados Associados). ()

- "Desafios na recuperação de créditos: O papel das fintechs e as limitações do Sisbajud", por Daniel Lagoa e João Filipe Barreto Sogari (/asbz). ()

- "Reforma tributária - Alteração no regime tributário nas receitas oriundas da locação de imóveis",

por Renato de Andrade Bento (Ronaldo Martins & Advogados). ()

- "Contrato de experiência e a estabilidade gravídica", por Fernanda Luísa Gomes (Martorelli Advogados). ()

- "O 1º ano de governo do presidente Milei na Argentina", por Ives Gandra da Silva Martins (Advocacia Gandra Martins). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Oportunidade

Google, em parceria com o CIEE, está oferecendo 70 mil bolsas de estudo gratuitas para a área de tecnologia. As bolsas ofertadas são para os cursos de "Fundamentos da Inteligência Artificial", "Google Prompting Essentials", "Cibersegurança", "Marketing e E-commerce", "Suporte de TI", "Análise de Dados", "Gestão de Projetos" e "UX Design". As inscrições são gratuitas e permitidas para pessoas a partir de 16 anos. ()

Sorteio da obra

A obra "Modelo de Negócios para Advogados", de Ubiratã Dias da Silva, aborda temas para auxiliar advogados a transformarem seus escritórios em negócios de sucesso. Dois migalheiros serão premiados. Participe! ()

Novidade

Cescon Barriou Advogados divulgou "Newsletter Energia Cescon Barriou", edição dezembro/24. ()

Migalhíssimas

Marlus Arns de Oliveira (Arns de Oliveira Advogados Associados) foi reconduzido à função de

conselheiro do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos da FIESP. O mandato será até 31/12, sob a presidência de Cesar Asfor Rocha. O Conselho tem como propósito o fortalecimento das discussões e decisões jurídicas que impactam o setor industrial e o desenvolvimento do país. Presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio nomeou novos líderes para comissões da entidade. Luciene Mourão será a presidente da OAB Mulher. José Ricardo Pereira Lira (Lobo & Lira Advogados) assumirá a presidência da Comissão de Direito Imobiliário, com Gabriel Feijó como vice. Manoel Peixinho liderará a Comissão de Parcerias Público-Privadas. Cândida Terra, Carolina Mynssem e Katia Junqueira presidirão, respectivamente, as comissões de Proteção de Dados e Privacidade, Direito Médico e Direito à Cidadania. Sérgio Antunes, secretário-adjunto da OAB/RJ, também assumirá a presidência da Primeira Câmara da entidade. Pedro Marcos Nunes Barbosa, sócio do escritório Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, foi nomeado como presidente da Comissão de **Direitos** Autorais, Direitos Imateriais e Entretenimento (C-DADIE). Pela 6ª vez, Cláudia Seixas Sociedade de Advogados está no "Top 10" entre os escritórios de advocacia mais admirados do país segundo ranking da "Análise 2025". Mais especificamente, é o 4º escritório mais admirado do Brasil na categoria especializado. ()

Direito Constitucional

PUC-SP - Especialização, MBA e Extensão está com inscrições abertas para o curso online de extensão em "Direito Constitucional Eleitoral". As aulas iniciam em 27/1, com duração de 20h. ()

IA na Advocacia

AATSP - Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo realiza o curso online "O Chatgpt e outras IAS na advocacia", no dia 17/2, das 18 às 21h. ()

Remuneração

Radar - Gestão para Advogados promove o curso "Remuneração Fixa e Variável para Escritórios de Advocacia", que abrange as melhores práticas e estratégias necessárias para criar um sistema de remuneração eficaz que maximize os resultados do seu negócio. ()

Marketing Jurídico

Ampliando o apoio que a coluna "Marketing Jurídico" oferece aos advogados, Alexandre Motta, do Grupo Inrise, responderá perguntas ao vivo sobre o tema no dia 30/1, às 18h. ()

Viva!

O ganhador da obra "Manual do brasileiro no exterior - 1ª Edição" (Thomson Reuters - Revista dos Tribunais 354p.), escrita por Alan Gai da Silva, Alessandra Rugai Bastos, Barbara Claire Guarinão e Breno Ferreira Martins Vasconcelos, sob coordenação de Elisabeth Lewandowski Libertuci, é Adelino de Oliveira Soares, de Porto Alegre/RS. ()

Bom fim de semana!

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Laje

CE/Canindé

MG/Leopoldina

PR/Vera Cruz do Oeste

RN/São José de Mipibu

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Cancer Striking Younger Women"

The Washington Post - EUA

"A new kind of urban firestorm"

Corriere della Sera - Itália

"In Israele è scontro sulla tregua Nuovi raid a Gaza: oltre 80 morti"

Le Figaro - França

"Israël et Gaza dans l'attente du cessez-le-feu"

Clarín - Argentina

"Corren al jefe de un organismo clave contra la corrupción"

El País - Espanha

"Netanyahu retrasa la firma de la tregua por discrepancias de última hora"

Público - Portugal

"Nova lei permite venda de casas a preços acima do mercado em 95% dos municípios"

Die Welt - Alemanha

"Union kritisiert Beförderungen in Ministerien"

Correio Braziliense - Brasília

The Guardian - Inglaterra

"Um dia de fúria, barbárie e medo"

"No Israel vote on deal 'until Hamas agrees to all terms'"

Zero Hora - Porto Alegre

O Estado de São Paulo - São Paulo

"Lula sanciona primeira lei que regra futuros impostos; alíquota deve chegar a 28% "

"Prisão de PM da ativa por morte de delator expõe infiltração do PCC na polícia"

O Povo - Ceará

Folha de São Paulo - São Paulo

"Entenda como ficam os impostos com as novas regras"

"Policial militar suspeito de matar delator do PCC e mais 14 agentes são presos"

Jornal do Commercio - Pernambuco

O Globo - Rio de Janeiro

"Regulamentação da tributária é sancionada com previsão de maior imposto do mundo"

"Futuro imposto único sobre consumo deverá ser de 28% "

O Estado de Minas- Minas Gerais

"A nova ameaça da dengue"

Opinião | Mais vale um pássaro na mão do que dois voando! A importância da conciliação



acordo terá ainda que pagar além da multa prevista no acordo, os honorários do advogado da parte contrária e as custas processuais.

Os Tribunais Estaduais possuem links disponibilizando às partes formulários digitais em que o cidadão poderá narrar os fatos e anexar os documentos relacionados ao conflito que pretende solucionar por meio da tentativa de conciliação.

Utilizando a conciliação e a mediação as partes podem tentar acordo evitando o processo judicial. Na conciliação autor e réu entram em acordo e ambos saem ganhando com a solução da controvérsia.

Para usar a conciliação/mediação como fase pré-processual é necessário procurar o Cejusc (Centro Judiciário de Solução de Conflitos), onde será preenchido formulário pela parte que optar por este caminho. A parte contrária receberá um e-mail ou carta convite para participação de audiência conciliatória. No dia agendado os conciliadores/mediadores cadastrados no Tribunal ajudarão as partes envolvidas a visualizarem as possibilidades e acordo. Em caso de acordo, o juiz conciliador homologará a decisão a que chegaram as partes e o acordo então deve ser cumprido e tem valor de uma decisão judicial. Em caso de descumprimento a parte prejudicada poderá executar o acordo em juízo. Neste caso a parte que descumpriu o

Teste do Google ameaça jornalismo e democracia, dizem editores na Europa



Empresa afirma fazer experiência e remove conteúdo jornalístico de seu sistema de busca para 2,6 milhões de pessoas no continente

Berlim

Editores e jornalistas europeus publicaram nesta semana carta aberta em que condenam um teste que o Google faz teste, neste momento, de remoção de conteúdo jornalístico em seu sistema de busca. De acordo com a associação de editores da Europa, cerca de 2,6 milhões de pessoas em diversos países do continente não estão recebendo material produzido por veículos e jornalistas profissionais.

Seria uma experiência da empresa, "supostamente com o objetivo de medir a contribuição da imprensa para a atratividade da marca Google". O teste, diz a entidade, "representa uma séria ameaça à sustentabilidade financeira de uma imprensa livre, do jornalismo e da saúde das democracias europeias", descreve a carta.

Ilustração com o logo do Google, que testa a supressão de conteúdo jornalístico em seu buscador, na Europa, segundo entidades de editores e jornalistas

abpi.empauta.com

"Acreditamos que esse teste é conduzido de má-fé. O Google não tem sido transparente nem aberto, recusando-se a compartilhar detalhes sobre o teste ou a garantir acesso aos seus resultados. Ao definir seus próprios parâmetros de pesquisa e avaliar o próprio desempenho, o Google corre o risco de manipular o resultado para desvalorizar o papel econômico da imprensa e sua real contribuição para o sucesso da empresa."

Procurado pela Folha, o Google não se manifestou até a publicação desta reportagem.

Na França, a experiência foi suspensa temporariamente pela autoridade de concorrência local. A medida foi tomada para preservar a negociação entre o Google e as empresas jornalísticas francesas sobre remuneração de conteúdo. O assunto é debatido em todo continente, por força da legislação de **direitos** autorais da União Europeia.

A manifestação surge na véspera da posse de Donald Trump, nos EUA, que agregou as Big Techs a seu redor. Mark Zuckerberg, CEO da Meta, pediu na semana passada ao presidente eleito que impeça Bruxelas de multar as empresas de tecnologia dos EUA. O criador do Facebook disse que já pagou "mais de US\$ 30 bilhões" em multas nas últimas duas décadas.

A pressão das Big Techs já teria ecoado na Comissão Europeia, que teria pedido uma revisão dos processos iniciados no ano passado com o advento da nova legislação digital do bloco, de acordo com reportagem do Financial Times. A ação mais avançada é justamente contra o Google, por

Continuação:

Teste do Google ameaça jornalismo e democracia, dizem editores na Europa

irregularidades em um aplicativo de compras. Legisladores europeus pressionam para que o bloco se mantenha inflexível.

Por motivo semelhante, o buscador também é investigado no Reino Unido, país que também desenvolveu uma nova lei concorrencial capaz de supervisionar o domínio das big techs.

Outra frente indireta de pressão é a ofensiva populista de Elon Musk contra políticos como o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, e seu colega alemão, Olaf Scholz. O bilionário, que também está na mira da legislação europeia pela falta de moderação de conteúdo pernicioso no X, vem fazendo campanha para candidatos de extrema direita, o que

analistas veem como interferência externa na política europeia. Isso igualmente seria objeto da legislação europeia, uma das mais rigorosas do mundo neste momento.

Sem citar Musk, a carta dos editores, também assinada por entidades de jornalistas e a associação Repórteres sem Fronteiras, pede que o Google assuma sua responsabilidade como empresa dominante na área de tecnologia "em um momento de ampla interferência e manipulação de informações e da opinião pública".

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 13

Arbitragem e Mediação

6, 12